

Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888

Paulino de Jesus Francisco Cardoso*

Resumo:No presente artigo, parte integrante da tese de doutorado intitulada *Negros em Desterro: as experiências das populações de origem africana na cidade de Florianópolis, 1860-1888* (PUC/ SP, 2004), discute-se a trajetória em busca de evidências da presença africana e de afro-descendente na capital catarinense. Apresentam-se as opções teóricas e metodológicas e os combates para resgatar do esquecimento ideológico os sinais de uma cidade marcada pelo colonialismo, pelo estatuto da escravidão e pela diversidade cultural.

Palavras-chave: Experiências africanas. Santa Catarina. História. Historiografia. Século XIX.

Abstract: In the present work, an integrant part of my Doctoral work named Blacks in Exile: the experiences of African origin populations Florianopolis in the state of Santa Catarina – Brazil between 1860-1888 (PUC/SP, 2004), a course of five Blacks including me is discussed to search for the marks of the African presence and African descendents in the capital of the state of Santa Catarina, the theoretical and methodological options and some good combats. Fights to redeem from the ideological forgetfulness, the signs of a city marked by the colonialism, statute of slavery and cultural diversity.

Key Words: African experiences, Santa Catarina, History, Historiography, XIX Century.

*Paulino de Jesus Francisco Cardoso é graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, é professor titular e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, consultor da Casa das Áfricas, secretário da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, membro da Comissão Técnica Nacional para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros do Ministério da Educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Populações de Origem Africana no Brasil e, em Santa Catarina, atua, principalmente, nos seguintes temas: negros, história, educação, racismo e cultura.



FIGURA 1. O novo Mercado Público construído em 1898

De sorte que, pode afirmar-se, o povo catarinense é essencialmente ariano, com particularidade nos centros alemães ou italianos, como Joinville, Blumenau, Brusque, Nova Trento, Orleães [sic] e Nova Veneza, cidades e vilas que foram, outrora, colônias, e cujas populações hão de ser, no futuro, o fator de um novo tipo de brasileiro interessante, superior e perfeito...

Virgílio Várzea, 1900.

Sou um homem invisível. [...] Um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos – talvez posso até dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo exibidas nos mafuás de circo, estou, por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu.

Halph Ellison, 1947.

Virgílio Várzea, amigo de Cruz e Sousa e um dos mais importantes escritores de Santa Catarina, era exímio conhecedor de Desterro. Navegante dos mares do mundo e funcionário público na capital catarinense, como o grande poeta simbolista, foi um entusiasta das idéias novas, com as quais sonhava, em seu tempo, sacudir a cultura letrada local. Eram companheiros com destinos diferentes. O primeiro, nascido em 1863, viveu até 1941, após uma vida tranqüila entre o oceano e os muitos cargos públicos. O segundo,

vindo ao mundo em 1861, viveu intensamente até o final dos anos 1880, quando, após esse período, amargou uma vida obscura e morreu de tuberculose em Minas Gerais, em 1898.

O fragmento de *Santa Catarina: a ilha*, que serve de epígrafe, parece simbolizar esta diferença e lembra-nos as primeiras motivações que levaram à elaboração do presente trabalho: a revelação do contexto histórico que tornou possível a intrigante distância entre a amizade do autor com o poeta filho de libertos e a adesão ao sonho de uma Europa tropical, na verdade subtropical, no Sul do Brasil. Quando iniciamos nossa pesquisa sobre as populações de origem africana em Florianópolis, sabíamos que não atingiríamos nosso intento se não enfrentássemos os marcos interpretativos que, de um ou outro modo, estabelecem os limites que configuram a imaginação sobre o passado da cidade.

Nossa idéia é que a história de Florianópolis, branca, europeizada, mais tarde açoriana, tivesse colonizado a memória de Desterro, portuguesa, oitocentista e profundamente marcada pela presença africana. O máximo que os florianopolitanos têm a sua disposição como fragmentos da memória da cidade são imagens antigas da era republicana. Tal memória foi alvo de grande investimento político.

Em primeiro lugar, as elites buscavam reinventar a cidade sob novas formas, forjá-la como modelo de urbe moderna, em acordo com sonhos civilizatórios que a República professava na Florianópolis do final do século XIX. Em segundo, no ritmo da exploração turística, passou-se a inventar uma peculiaridade local: a cultura açoriana. Esse desejo encontrou eco no setor acadêmico conservador, nas classes médias migrantes ávidas por integração, nos governantes populistas e nas parcelas de moradores nativos acossados pela especulação imobiliária e ansiosos por uma imagem positiva de si mesmos.¹

O Mercado Público (1898), o Miramar (1926), a Praça XV, o Quartel do Corpo de Segurança, a Ponte Hercílio Luz (1924), palacetes, outras residências ilustres e os reformados Palácio Cruz e Souza, Câmara Municipal e Catedral Metropolitana evocam uma configuração urbana instituída durante a maré modernizadora que ganhou força na

¹ Cf. os estudos de: JUNCKES, Kátia. **Eles franceses voadores lá, nós cá**. Florianópolis, 1995, trabalho de conclusão de curso (graduação em História), Universidade Federal de Santa Catarina; DIAS, Vera Lucia N. **Tantos Campeches, tantas imaginações**. Florianópolis, 1996, dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina; FARIAS, Joice. **Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa**. Rio de Janeiro, 2003, dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense; FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Farra do Boi: Teatro da Vida, Cenários de História**. São Paulo, 1991, tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

última década do século XIX e que atravessou a primeira metade do século XX.² Como já declarava Edgar de Decca, em livro muito lido por estudantes nos anos 1980, o que nos propomos a enfrentar “é uma incapacidade imposta ao social, por ordem de determinado registro do real que retira dos homens a própria dimensão do pensar como algo além do já dado”(DE DECCA,1991;11-12).



FIGURA 2. O Miramar construído em 1926

Este estudo situa-se nos termos de um combate pela memória, um engajamento no esforço para retirar das garras do esquecimento ideológico as marcas da presença africana, o que configura tarefa fundamental para repor os termos do debate atual em torno das reparações acerca do passado escravista e da política de extensão da cidadania a todos os brasileiros. Para Santa Catarina e Florianópolis, em especial, a luta contra os preconceitos da imaginação sobre nosso passado é primordial diante do volume e da intensidade da obra modernizadora e suas referências fundamentais, que são as teorias racistas do século XIX. É interessante o engajamento de grande parte da escrita histórica local nestes projetos.

² Cf. os estudos de: ARAÚJO, Hermetes Reis do. **A Invenção do Litoral**. São Paulo, 1989, dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; OLIVEIRA, Luiz Henrique Pereira **Os filhos da falha**. São Paulo, 1990, dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; tese de doutorado PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas, mulheres faladas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. os trabalhos tratam de abordagem que se tornou clássica: o processo de reconfiguração urbana entre meados do século XIX e início do século XX. Há citação de Araújo que resume este movimento no interior das elites florianopolitanas de então: “A esta burguesia, ansiosa por ascender a posições que lhe garantissem segurança material e prestígio e a incorporar as modas e os hábitos que importava do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário; era preciso ser ‘civilizado’, ter ‘gosto’ e ser higienizado”. (79-80).

É neste contexto que se devem compreender as reflexões desenvolvidas na tese, intitulada *Negros em Desterro: aspectos da história das populações de origem africana na cidade de Florianópolis (1860/1888)*, e seu desejo de recuperar para a história as profissões, as relações familiares, os locais de moradia, as redes de solidariedade, os esforços para conquista da liberdade, construídos por africanos e seus descendentes, hoje, afro-brasileiros, na capital catarinense. A proposta de diálogo com certas vertentes da História Social em Santa Catarina busca apreender as opções teóricas e metodológicas que, até o presente, sustentam a interpretação da sociedade florianopolitana e catarinense, que minimiza a importância da escravidão africana, coisifica cativos e libertos e contribui para a invisibilidade das experiências africanas.

Para tanto, procuramos, na medida do possível, indicar impressões produzidas, tendo por bases materiais as fontes manuscritas encontradas, depois de longo esforço de localização e coleta de documentos, como processos criminais e de liberdade, alforrias, censos, relatórios de chefes de polícia, inventários, ofícios da Câmara de Desterro, registros paroquiais, entre outros. Em todos, procuramos rastros, sinais, marcas da passagem dessa população.

Interessou-nos, particularmente, perceber em que medida práticas, hábitos e comportamentos faziam parte das preocupações das elites dirigentes e constituíam um dos pilares da hostilidade à conformação urbana da velha Desterro oitocentista e seu empenho na organização da nova Florianópolis. Tal dedicação, por outro lado, fez-nos perceber que muito pouco se conhecia sobre a experiência escravista no século XIX, fato que afastou a possibilidade de concentrarmos-nos nos últimos anos do cativo, como parâmetro para estabelecer uma base pela qual se pensariam as modificações desenvolvidas com a implementação e a consolidação do regime republicano.

Além disto, a documentação de arquivo possibilitou-nos compreender que os anos de 1880 a 1889 não poderiam ser tomados por referência para pensar a escravidão no seu “funcionamento” cotidiano. Pelo contrário, a década é ideal para refletir sobre os arranjos institucionais e as estratégias por partes das elites de re-ordenamento do viver urbano e vislumbrar as ações pelas quais africanos e afro-descendentes procuravam realizar seus projetos e conquistaram a liberdade.

Decidimos recuar nosso estudo até os primeiros anos da década de 1850, por desejo de aproveitar fontes relativas ao período e, principalmente, porque, durante aqueles anos,

viveu Desterro uma fase de expressivo crescimento das atividades econômicas, inclusive, como já havia indicado Fernando Henrique Cardoso, de ampliação do número de cativos africanos, particularmente na agricultura.³ Tal recuo foi importante para estabelecer nova perspectiva das relações de dependência entre os africanos e os luso-brasileiros e como era central no estilo de vida e na forma de organização das hierarquias sociais na sociedade desterrense. Logo, o centro deixou de ser certo viés dicotômico para abranger as ambivalências, as complexas relações que instituíam aquele mundo oitocentista.

Além disso, tornaram-se mais evidentes modificações importantes na organização do mercado de trabalho de Desterro e, de certo modo, da província, que contribuíram significativamente para o agravamento das tensões do final do século XIX. Nelas é possível vislumbrar não apenas a triste decisão de demolir as moradias, mas também a intenção de re-estruturar modos de viver citadinos, nos quais a população de origem africana aprendera a transitar, sem oferecer alternativa para além da segregação e da manutenção das relações de dependência e subordinação. A República e seus porta-vozes não tinham parâmetros para lidar com estes grupos populares, e, na dúvida, tornaram-se todos inimigos, incontrolláveis desenraizados sociais. A esperança, parece, era mantê-los sob vigilância generalizada e esperar, de acordo com as novas teorias, que desaparecessem afogados nas suas incapacidades.

Inegavelmente, no centro deste esforço acadêmico, situa-se o exercício de hermenêutica do cotidiano, não como modelo teórico e metodológico a ser seguido, mas como atitude diante da história, tão adequada ao momento em que vivemos, onde parecemos deslizar entre as certezas consolidadas e a opção disposta a captar não apenas o normativo, o prescritivo, mas também estes modos informais, por vezes efêmeros, por meio dos quais os desgraçados da fortuna podem inserir-se na história enquanto sujeitos.(DIAS,1998)

Muitos são os autores que contribuíram para esta atitude. Neste trabalho, a percepção do cotidiano, enquanto lugar no qual as práticas dos miseráveis ganham dimensão política, tão a gosto de Michel de Certeau (1998), e a noção de experiência,

³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: Relações econômicas e sociais.** Florianópolis: Editora Insular, 2000. p.112-3. Esta obra é parte de estudo realizado em 1955, em parceria com Octávio Ianni, denominado **Cor e mobilidade social em Florianópolis**, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1960.

capacidade das classes trabalhadoras e dos demais grupos sociais de re-elaborar suas práticas sociais e agir segundo parâmetro próprios, identificado na grande obra de E. P. Thompson (THOMPSON, 1998), constituem noções que permitiram a interpretação das experiências das populações de origem africana.

Neste aspecto, dois movimentos intelectuais difusos ocupam papel fundamental. Em nível internacional, na década de 1990, foram publicadas, no Brasil, obras oriundas da crítica radical à cultura contemporânea, em especial no mundo ocidental, formuladas por indivíduos que elaboraram reflexões para repensar as práticas de conhecimento humanístico com base em experiências de lutas anticoloniais nos países periféricos ou das minorias políticas marginalizadas nos países centrais. Nela, Stuart Hall (1997), Homi Bhabha (1998), Kwame Appiah (1997), Paul Gilroy (2000) e Edward Said (1999), entre outros, procuraram, cada um a seu modo, repensar as maneiras pelas quais a cultura ocidental buscou apreender a diversidade humana e, ao mesmo tempo, foi-se instituindo como referencial absoluto para pensar (julgar) as “outras” culturas. Suas reflexões ajudaram-nos a delimitar os termos, pelos quais buscamos apreender as experiências de africanos e afrodescendentes e rediscutir noções consolidadas nos estudos sobre temática de “raça”, “identidade”, “etnia” e “tradição”.

O segundo movimento que ganhou expressão nas duas últimas décadas é constituído por historiadores e historiadoras sociais que, com base em premissas diversas, revisitaram antigos temas, produziram documentos que tornaram possível não apenas incluir na historiografia brasileira a perspectiva dos excluídos, como também distanciar a produção histórica dos projetos institucionais das elites brasileiras. Neste movimento, forjou-se a história social da escravidão, como diria Maria Cristina Wissembach, preocupada com o significado da reconstituição das vidas cativas nas dimensões socioculturais independentes, capaz de captar as relações intragrupos e demais desclassificados, as possibilidades de mobilidade social, os espaços de autonomia, os mecanismos de obediência e submissão, as redes de solidariedade vertical e horizontal (WISSEMBACH, 1998), a percepção originalmente presente em *Quotidiano e poder*, de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984). Estes estudiosos contribuíram, e contribuem, para fazer recuar a história do trabalho no Brasil, além dos limites da abolição da escravatura e da primeira República, e para documentar as experiências africanas na escravidão e na liberdade (LARA, 1998).

Em Santa Catarina, nosso estudo acompanha o esforço de renovação das práticas historiográficas, preocupado em inventariar os sonhos e os projetos das elites e ir à procura das experiências populares, seus papéis informais, as formas culturais pelas quais enfrentavam, no cotidiano das cidades e das zonas rurais catarinenses, as múltiplas faces da opressão. No decorrer da pesquisa, fomos obrigados a entabular diálogo com a historiografia local, a fim de compreender o contexto econômico de Desterro em sua articulação com a Ilha de Santa Catarina. Precisar tal quadro é fundamental para entender a inserção da população de origem africana na estrutura urbana e indicar seu impacto nas relações sociais que se instituíam.

Neste esforço, deparamos com dada interpretação hegemônica na historiografia catarinense, que, de um modo ou de outro, tendeu a afirmar a especificidade da experiência histórica catarinense.⁴ Tal singularidade baseia-se na percepção de que, diferente de outras regiões do Brasil, do *impulso colonizador*, a economia de Santa Catarina era constituída por agricultores pobres, voltada para atividades de subsistência ou subsidiária ao mercado exportador e assentada em ínfimo número de cativos africanos, que cederam lugar aos outros imigrantes que aportaram nestas plagas, a partir de 1828.

Assim, a Ilha manteve-se praticamente isolada até os anos 1850, quando foi introduzida no mercado de abastecimento interno. Mesmo assim, grande parte dos autores lamenta que tal inserção se deu pela exportação de farinha de mandioca, produto de pequeno valor agregado e quase monopolizado pela praça do Rio de Janeiro, à exceção de Montevidéu, Buenos Aires e Pernambuco.⁵

⁴ Após a morte do historiador catarinense Lucas José Boiteux, lusófilo e um dos responsáveis pela coleta, pela tradução e pela organização da documentação arquivística, dos relatos de viajantes e dos relatórios de dirigentes do governo local, que constituem, ainda hoje, algumas das principais referências para escrita histórica catarinense acerca do século XVIII e XIX, a impressão é que se tornou uma interpretação histórica hegemônica, fundamentada em estudos que buscaram articular a singularidade de Santa Catarina ao sucesso econômico da imigração européia, uma produção, por vezes, francamente germanófila. Cf., por exemplo, o livro de BOSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2ª ed. Florianópolis: FIESC, 1988. Uma reação a esta hegemonia forjou-se no bojo do I Congresso de História de Santa Catarina, organizado em 1948, dedicado a recuperar o lugar dos açorianos na consolidação da presença lusitana no Brasil meridional. Foi o maior representante desta abordagem Oswaldo Rodrigues Cabral e o seu livro **Os açorianos**. Florianópolis: IHGSC, 1951.

⁵ Idaulo José Cunha em um capítulo de livro singelamente intitulado **O fraco papel da indústria na economia da Ilha de Santa Catarina: um caso diferenciado de desenvolvimento**, assim sintetiza a economia de subsistência da região (1748-1850): “O modelo econômico era de subsistência – autoconsumo, baseado num sistema fundiário de pequena propriedade, que gera excedentes exportáveis, nele se destacando a farinha de mandioca, que, muito embora fosse produto-chave da economia da Ilha de Santa Catarina, era pouco nobre, de baixa qualidade e com mercado instável”. In: PEREIRA, Nereu do Vale. **Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente**. Florianópolis: IHGSC, 2002. p.306.

No ano de 1990, uma nova geração de historiadores, com interesses diferentes, concluiu, igualmente, que a partir de meados do século XIX, houve a intensificação das atividades do porto e a emergência de uma classe de mercadores, armadores e outros negociantes que, de certa forma, disputaram espaço político com a velha elite de origem burocrático e militar. Eram os portadores dos novos ventos civilizadores que partiam do Atlântico Norte.

Nesta abordagem, permanece sem resposta a seguinte questão: como explicar o fato de os catarinenses, ao longo do século XIX, manterem um quinto da sua população em cativo, sendo que grande parte dela era formada por agricultores e gente ocupada em ofícios *mecânicos*?

Preocupa-nos, também, a interpretação negativa da cidade – Desterro e sua Ilha eram vistas pelo que não possuíam – e as justificativas para o fracasso econômico dos luso-brasileiros que sustentavam esta percepção.⁶ Parafrazeando Ilka Boaventura Leite, a tendência é construir um vazio a ser ocupado por único sujeito: o imigrante europeu, mormente o alemão.⁷

A imagem da singularidade catarinense foi produzida com base na visão da realidade brasileira, construída pelos clássicos da história econômica nacional, também conhecida por *Escola do Sentido da Colonização*. Nesta abordagem, embora o entendimento dos primeiros séculos do Brasil esteja na expansão imperial lusitana,

⁶ “O fracasso agrícola dos açorianos” é o título de um capítulo de **Os açorianos** de Oswaldo Cabral. Em uma obra de 1937 (**História de Santa Catarina- História e evolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional), assim avaliou da experiência colonial açoriana: “Infelizmente, pouco durou a ilusão. A colonização açorita não apresentou o esperado resultado e a múltiplos factores se deveu a sua completa fallência. Em primeiro plano, a incapacidade dos colonos para agricultura. Não eram elles, em verdade, lavradores, acostumados no trato diário na terra. Eram mais fugitivos às misérias das ilhas em que nasceram [...]. Em segundo, toda espécie de trabalho braçal repugnava a essa gente”. Os aquinhoados compravam **cativos**, e os pobres “certamente, seguiam o exemplo dos outros, pois, homens livres, não se queriam humilhar trabalhando como qualquer escravo. A principal indústria era a do preparo de farinha de mandioca, que se fazia então abundantemente. Ao lado, a praia piscosa. Nada de admirar que as **populações procurassem evitar** o trabalho, dedicando-se a uma vida de ócio, sob o clima ameno da ilha [...]. Bastavam-lhe o peixe e a farinha para alimento, não contando o que lhes garantia a caça e a floresta com seus fructos, poupando-os, assim, qualquer esforço para um maior desenvolvimento”. (p. 95-96).

⁷ A passagem da autora é a seguinte: “O embranquecimento, mais que estatístico, procedia-se movido pelos pressupostos ideológicos que necessitavam negar suas presença (do negro e do índio), para construir o ‘vazio’ a ser ocupado pelos imigrantes”. LEITE, Ilka Boaventura. **Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação**. In: LEITE, Ilka (org). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p.39.

é na história do sistema geral da colonização européia moderna que devemos procurar o esquema determinante dentro do qual se processou a organização da vida econômica social do Brasil, na 1ª fase de sua e se encaminharam os problemas políticos que esta região foi teatro.(NOVAES,1987:)⁸

Nesta história, o papel do Brasil seria o de fornecedor de produtos agrícolas gerados por latifúndios escravistas.

Tendo por referências tais parâmetros de realidade, o espaço catarinense é imaginado como negação da experiência geral do país, pois constituiu-se como colônia de povoamento, dedicada à economia de subsistência, destinada a consolidar a presença portuguesa no extremo Sul do Brasil. Tal interpretação tem justificado a tese da pequena presença de afro-descendentes em Desterro, vista como um sintoma de progresso. O incômodo que esta produção nos causou, levou-nos à longa jornada pela documentação arquivística e por uma série de leituras da bibliografia especializada. Aos poucos, encontramos pistas que nos encorajaram a recolocar esta questão sob nova perspectiva.

Neste esforço, um pequeno texto de Maria Odila Dias de 1972 produziu impacto. Ao refletir sobre o processo de Independência, a autora recuperou a importância e os projetos envolvidos na construção da nova corte no Rio de Janeiro. No pós-Independência, ante a dispersão do poder e a fraqueza das classes dominantes, a nova corte emergia com a imagem de Estado forte, capaz de tornar o país uma nação civilizada nos trópicos. Naquilo que nos interessa, a corte do Rio parecia posicionar-se como metrópole a colonizar o interior do país, em especial, o Norte e o Nordeste. Isso se combinava com o recrudescimento da presença portuguesa e seu enraizamento no mercado de abastecimento do Centro-Sul (DIAS,1972:160-184).

Seguindo a trilha aberta por Maria Odila Dias, Alcir Lenharo, em sua dissertação de mestrado, procurou entender o surto de abastecimento da corte e os interesses regionais do Sul de Minas, no processo de constituição do Estado brasileiro, nas primeiras décadas do século XIX. Lenharo permite-nos perceber que determinadas áreas produtivas do país, entre elas, Santa Catarina, ainda na administração joanina, tornaram-se especializadas no

⁸ João Fragoso e Manolo Florentino denominam *Escola do Sentido da Colonização*, as interpretações construídas por Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais. Cf. FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, (1780-1840). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

abastecimento da nova corte. Tal atividade estava articulada à estrutura mercantil vinculada ao comércio atlântico. Para ele, no caso do Sul de Minas, tal política contribuiu para a formação de um setor social novo, oriundo da produção e da distribuição de gêneros de primeira necessidade (LENHARO,1993).

Buscamos incorporar as reflexões de diferentes autores, como João Luiz Fragoso e Manolo Florentino (1998), que, contrariando a abordagem clássica, compreendem a sociedade brasileira e sua economia com base em determinações internas. Sem negar o impacto dos condicionantes externos, a ênfase em seus trabalhos recai, então, sobre a importância e a organização do mercado de abastecimento interno para a estruturação das sociedades, em especial, do Centro-Sul, ou do Sul-Sudeste. De outro modo, Lenharo reflete acerca do abastecimento como temática política, “escapando dos parâmetros da história econômica, buscou-se estudar a formação de um setor social novo, oriundo da produção e da distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno” (LENHARO, 1993:19). Assim, antes de preocuparmo-nos (feito um administrador colonial português) com o sucesso ou o fracasso do empreendimento, com o tamanho da produção ou do volume das exportações, procuramos compreender o modo de organização daquela sociedade, as formas pelas quais se reproduzia a estrutura das relações sociais.

Estudos do final dos anos de 1980, conduzidos por orientandos do professor Armem Mamigonian, em especial Célia Maria e Silva, Nazareno José Campos e José Messias Bastos⁹, possibilitaram-nos perceber a economia da Ilha de Santa Catarina integrada, desde o final do século XVIII, ao mercado de abastecimento interno por cabotagem e, o que é mais importante, à política de abastecimento da corte do Rio de Janeiro.¹⁰ Não é demais lembrar que o Relatório do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro indica, para o ano de 1797, somente para a Ilha de Santa Catarina, a existência de 350 engenhos de farinha (VALE PEREIRA, 2002:308). Em 1810, a então Vila do Desterro alcançara a maior porcentagem de população cativa em relação à livre. Entre os 5250

⁹ Descontando certa fixação açorianista e questões teóricas que não pretendemos discutir neste trabalho, existem indicações que foram úteis para formulação do contexto no qual se instituíam as relações escravistas em Desterro.

¹⁰ Alcir Lenharo, em sua dissertação de mestrado, procura discutir o mercado de abastecimento interno e sua articulação com a emergência de novos grupos políticos no Império e afirma que Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntamente com o Sul de Minas e algumas cidades portuguesas, constituíam a base do mercado de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Recordo-me de que, no início do doutoramento, a professora Maria Odila indagava as razões de número expressivo de africanos cativos em uma comunidade pobre como Desterro. Eu respondi-lhe à época: “farinha, mas não só, feijão, milho e trigo”.

habitantes, existiam 1869 cativos. Estes últimos associados aos 177 libertos ou livres de origem africana perfaziam o total de 35,5% (PIAZZA,1975:37-39).

O professor Walter Piazza, em seu estudo sobre a escravidão na província, indicou que, entre os anos 1797 e 1799, desembarcaram, em vários pontos do litoral catarinense, quase mil africanos, os negros novos. Somente para Desterro, pela *Sumaca Santa Rita*, tendo como mestre Joaquim Pereira dos Santos, chegaram 192 cativos, de 210 saídos vivos de Pernambuco. No final daquele ano, pela *Sumaca Santíssimo Sacramento*, partiram da Ilha Grande com destino à Ilha de Santa Catarina 102 africanos, dos quais 29 morreram no horroroso trajeto, e 73 desembarcaram vivos (PEREIRA,2002). Por outro lado, Miranda Ribeiro indicou que, no ano de 1796, das 116 embarcações que entraram na Ilha de Santa Catarina, 49 vieram da cidade do Rio de Janeiro, 18, da Bahia, 12, de Pernambuco, e duas, da Ilha Grande.

João Luiz Fragoso, em *Homens de grossa aventura* (1998), analisando dados da praça do Rio de Janeiro, afirma que, naquele momento, no ambiente externo, vivia-se um clima de queda nos preços de algodão e açúcar, mas que, curiosamente, tal perspectiva negativa era suplantada pelo quadro de expressivo crescimento do mercado interno. Segundo o autor, entre 1799 e 1815, frente à queda anual de 5,4% do volume de açúcar (branco e mascavo) que chega ao Porto do Rio, temos o crescimento anual de 7,4% para o charque e de 16,2% para farinha (FRAGOSO,1998).

Não por acaso, é, segundo Cabral, neste período que emergem na cidade grupos de gente abastada vinculada, principalmente, ao mercado de farinha (CABRAL,1979). Célia Maria e Silva relacionou, para o ano de 1808, entre os comerciantes da praça de Desterro, Antonio José da Costa, Anacleto José Pereira da Silva, Domingos José de Mattos, Domingos Gomes da Silva, Francisco Machado de Souza, Francisco de Paula Tavares, Francisco da Costa Pereira, José Luiz do Livramento, José Pereira da Cunha, João da Costa Pereira, João Luiz Poução, Manoel da Cunha Bitencourt, Manoel Francisco da Costa e Jacintho Jorge dos Anjos.¹¹

¹¹ SILVA, Célia Maria e. *Op cit.* P.74, nota 190. Esta lista de comerciantes parece ser a mesma que consta de comerciantes da cidade de Desterro, que, em 1796, importaram 63.000\$000 em artigos. Infelizmente, não localizamos estudos sobre inflação, carestia e ciclos de preços em Desterro. Para termos de comparação, sobrados na região mais valorizada da cidade na segunda metade do século XIX eram avaliados entre 2:000\$000 e 4:000\$000.

Estas pistas sugerem a imagem de Desterro e seu porto distinta daquela construída pela interpretação hegemônica vigente na historiografia de Santa Catarina.¹² Se cruzarmos estes dados com as listas dos membros dos órgãos legislativos e de outras funções públicas, veremos que tais sobrenomes estiveram em evidência por todo o século XIX. Esta elite mercantil fez fortuna com o controle da farinha e os negócios vinculados ao mercado de abastecimento interno da corte do Rio.

A boa indicação, neste sentido, é a história de Antonio Eleutério de Souza, filho de Jacintho Jorge dos Anjos, por sua vez, ex-administrador da Armação da Piedade, que *enriqueceu* com os negócios de óleo de baleia na praça do Desterro. Segundo Célia Maria e Silva, Antônio Eleutério bacharelou-se em Direito na Europa e ocupou cargos públicos em Santa Catarina (SILVA). Como ele, os Pinto da Luz, Caldeira Andrade, Silveira de Souza, Livramento, Mafra, Lobo, entre outros, ocuparam diferentes postos na administração, no legislativo provincial e no governo central (CABRAL,s/d).

Em nosso entendimento, diferentemente de Hermetes de Araújo e Joana Maria Pedro¹³, a década de 1880 e as tensões políticas que atravessaram os primeiros anos da República não ocorreram pela ascensão de classes mercantis em confronto com as antigas elites civis e militares. Nesse período, afirmaram-se novas casas de negócios que eram, desde os anos 1870, dirigidas por comerciantes de origem não-portuguesa, os quais ocuparam os espaços tradicionalmente controlados pelos lusos. Segundo Laura Hübener, quando as casas comerciais britânicas estabelecidas na Corte resolveram expandir representações para Santa Catarina, aliaram-se a firmas, como as de Antonio Joaquim Wanzeller e Wellman & Bade (HÜBENER,1991:185). O mais interessante é que tais negociantes abriram novos mercados para os produtos de Santa Catarina, aumentaram a pauta de mercadorias exportáveis e intensificaram a importação de bens, direcionados para as colônias européias catarinenses. A mais importante empresa que emergiu naqueles anos foi a Carl Hoepcke e Cia, que chegou, no dizer de Hübener, a implantar verdadeiro complexo empresarial com atividades comerciais, industriais e bancárias. Constituída com capital alemão em 1882, era importadora de matérias-primas e de maquinário dos Estados

¹² Às vezes, mais preocupado em explicar as diferenças entre o mundo português do litoral e a experiência colonial germânica. Os termos utilizados são *fracasso, fraqueza, ausência de espírito empreendedor*. Existe uma obra clássica, fundadora da tradição açorianista que, produzida para o Congresso de História de Santa Catarina, irá dedicar-se a explicar a importância dos portugueses da Ilha, ditos açorianos, para a consolidação da civilização luso-brasileira no Brasil meridional. Cf. Oswaldo Cabral. **Os açorianos**. Florianópolis, 1951.

¹³ Obras citadas.

Unidos, da Inglaterra e da Alemanha e exportadora de produtos de Santa Catarina (HÜBENER,1991:188-9).

Ao que parece, antigos políticos ilustres, ao longo da década de 1870, transformaram-se em nomes de ruas, como a João Pinto ou Conselho Mafra. Outros desta mesma linhagem continuaram influentes durante a Primeira República, mas a praça do mercado foi dominada pelos Horn, Hoepcke, Wanzellers, Wendhausen, Vahl etc. Estes, por outro lado, exerceram diferentes cargos na administração local, porém somente ocuparam posição de destaque no legislativo ou na administração de Santa Catarina com o advento da República.

Nesse quadro, entendemos que ruiu o antigo modo de pensar e organizar a cidade. Perderam espaço as antigas elites portuguesas (das ilhas ou do continente), controladoras do comércio de importação e exportação para a praça do Rio de Janeiro, da administração provincial e estadual, carregada de comendas e que organizava a boa vida com base na exploração de africanos e afro-descendentes e o sem-número de gente sem eira nem beira.

Em resumo, os confrontos não nos parecem ser entre comerciantes e burocratas civis e militares, mas entre estilos de vida ou visão de mundo. Nos anos 1870 e 1880, o conjunto de relações e hierarquias sociais passou a ser reconfigurado, daí o drama identitário das elites e o desejo radical de mudança. Quem somos nós? Quem forma o povo? Qual é o lugar dos africanos e dos afro-descendentes no novo mundo que se queria criar?¹⁴

Na Desterro conturbada do final do Império e do início da República, o que se esvaía era o modelo de boa vida, assentado no controle de atividades mercantis, na burocracia estatal e na subordinação de africanos. Era uma vida absenteísta e aristocratizante, mas articulada a certa pluralidade cultural, negociada, na qual o governante era um rei em um lugar de muitos reinos (SCHWARCZ, 2001), e os pobres de cristo, em seus cortiços, constituíam elos menores na cadeia dos seres.

¹⁴ É certo que um estudo em processos cíveis do Fórum Municipal de Florianópolis e no Arquivo da Junta Comercial de Santa Catarina poderiam documentar as relações entre comerciantes de Desterro com os agricultores da Ilha de Santa Catarina e com comerciantes de outras praças fora da província. No entanto, tal tarefa fugiria aos intentos deste trabalho.



FIGURA 3. Visita às obras da primeira usina de força

Especificamente, nosso trabalho não pretende limitar-se à temática da escravidão, enquanto instituição e forma de organização do trabalho, tendo por eixo a problemática da resistência e da acomodação escrava. Nossos olhos estão na cidade de Desterro e nas experiências dos seus habitantes africanos, buscando indicar em que medida a presença africana livre, cativa ou liberta estava no centro das relações sociais que estabeleciam os contornos da configuração urbana e instituíam os papéis sociais, a distribuição de prestígio e poder e a percepção de civilidade na segunda metade no século XIX. Ao mesmo tempo, tentamos indicar a existência de soluções alternativas àquelas tomadas por parte das elites da Primeira República e entender a ação de diferentes sujeitos no momento de gestação de novos modos de viver no final do Império.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Anna Gicelle Gárcia. **Ingênuos e libertos: Estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição – 1871/1895**, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997;

APPIAH, Kwame. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

ARAUJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento Social em Florianópolis na primeira República**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene. **O Orfeu de carapinha**. Campinas: Editora da Unicamp/CMU, 1999.
- BA, Amadou Hampate. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Casa das Áfricas/Pallas Athena, 2003.
- BASTIDE, Roger. **Estudos afro – brasileiros**. São Paulo, perspectivas, 1973.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BOSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense: Das origens à integração no desenvolvimento brasileiro, 2ª ed.** Florianópolis: FIESC, 1988
- BRIGNOL, Juliani Moreira. **Bordados do Destino: Saberes das mulheres afrodescendentes, na passagem do século XIX ao XX, na capital de Santa Catarina**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina- História e evolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- .. **Nossa Senhora do Desterro. Memória II**. Florianópolis: Lunardelli, 1974.
- _____ **Nossa Senhora do Desterro: Notícia II**. Florianópolis, Editora Lunardelli, 1974.
- _____ **História de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli. 1977.
- _____ **Medicina, médicos e charlatães do passado**. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, s/d.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Nacional. 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.
- CECCATO, Tamelusa. **Da grandeza do fato a miudeza do ato: As sociedades abolicionistas e os significados da alforria em Desterro (1870-1888)**. Florianópolis, 2003. Universidade do Estado de Santa Catarina.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, v.1, 3ª ed.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidnei. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1990.
- .. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemia na corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.
- CUNHA, Idaulo José. O fraco papel da indústria na economia da Ilha de Santa Catarina: Um caso diferenciado de desenvolvimento. IN: PEREIRA, Nereu do Vale. **Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente**. Florianópolis: IHGSC, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da . **Negros, Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África** . São Paulo: Brasiliense 1985.

DAUWE, Fabiano. **Estratégias institucionais de liberdade:** Um estudo acerca do Fundo de emancipação dos escravos em Nossa Senhora do Desterro (1872-2001). Florianópolis, 2001. UDESC.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O Nascimento das fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da Metrópole (1808 – 1853). IN: MOTTA, Carlos Guilherme (org) **1822: Dimensões.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972

_____ **Cotidiano e Poder.** São Paulo. Brasiliense, 1984.

_____ Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História,** São Paulo, n.17, p.223-258, nov.1998.

FARIAS, Joice. **Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.** Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIAS, Uelinton. **Cruz e Sousa: Poemas inéditos.** Florianópolis: Papa-Livro, 1996

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na sociedade de classes,** São Paulo, Edusp, 1986.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, (1780-1840).** Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

----- Marcelino filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: Um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos,** v. 17, nº 02. São Paulo: FIPE, maio-ago., 1997. p. 151-173.

FRAGOSO, João Luiz. **Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRINBERG, Keila **Liberata: A lei da Ambiguidade. As ações de liberdade da corte de Apelação do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume – Dumará. 1994.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Brasileiros- Universidade Cândido Mendes/ Editora 34, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. As elites de cor e os estudos das relações raciais. **Tempo Social. Revista Sociologia da USP,** São Paulo, 8 (2): 67 – 82, out.1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

HARDMAN, Francisco F. (Org). **Morte e Progresso: Cultura Brasileira como apagamento de rastros.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

HÜBENER, Laura Machado. História Econômica e Financeira. IN: MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.) **História Sócio- Cultural de Florianópolis.** Florianópolis: IHGSC, Editora Lunardelli, 1991.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808/1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, nº16, fev.1998.

LARA, Silvia. **Campos de Violência**: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão em África**: Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LEITE, Fábio Rubens da Rocha. **A questão ancestral**: Notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas – Ioruba, Agni e Senufo. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo

LEITE, Ilka Boaventura . Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação. In LEITE, Ilka (org). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis:Letras Contemporâneas, 1996.

----- . Os sentidos da cor e a impureza do nome: os termos atribuídos à população de origem africana. **Cadernos de Ciências Sociais**, nº 02. Florianópolis: UFSC, 1988

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil – 1808-1847**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MACHADO, Maria Helena P. **Crime e escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

----- . **O Plano e o Pânico: Movimento sociais na década da abolição**. São Paulo: Edusp, 1994.

MARIA, das Graças Maria. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes. Experiência negra no cotidiano de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis,1997. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

MATTOS, Hebe Maria de. **Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, séc.XIX.2ª Ed.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

_____ A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João At. All (ORG.S) **O Antigo Regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

----- . **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

MATTOS, Wilson Roberto. **Negros contra ordem**. São Paulo , 2000. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MATOSO, Kátia. **Bahia Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In : MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva,16ª Ed.**, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1987.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os Filhos da Falha: Assistência aos Expostos e Remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)**. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas E Mulheres Faladas.Uma Questão De Classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

-----**Nas tramas entre o público e o privado: A imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

-----**Negro em Terra de Branco. Escravidão e Preconceito Racial em Santa Catarina no Século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto.1988.

-----**Escravidão e Preconceito Racial em Santa Catarina**. LEITE, Ilka B. **Negros no Sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporânea,1996.

PEREIRA, Nereu do Vale.**Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina.Etnografia catarinense**.Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1993.

PIAZZA, Walter F.- **O Escravo Numa Economia Minifundiária**. Florianópolis: UDESC/ Editora. Resenha Universitária, 1975.

SAID, Edward . **Orientalismo: O Oriente como construção do Ocidente**. São Paulo Companhia das Letras, 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**.São Paulo: Itatiaia Editora, 1978.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**, 2 ed. São Paulo: Nacional, 1978

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil em 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras.1993.

-----**(Org.) Raça e Diversidade**. São Paulo, Edusp, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. . **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX**. Campinas: Papirus, 2001.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Escravidão africana e religiosidade católica, Rio de Janeiro – século XVIII**. Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e.**Norma e conflito: Aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

-----**Tradicion, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Critica,

1984.

-----**A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,

-----**Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

_____ **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VÁRZEA, Virgílio . **Santa Catarina: A Ilha.** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

Wissembach, Maria Cristina. **Sonhos africanos, vivências ladinas.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

_____ **Ritos de magia e sobrevivência.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.